

DETERMINANTES DA EVIDENCIAÇÃO DE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES EM EMPRESAS DO SETOR DE UTILIDADE PÚBLICA BRASILEIRAS

DETERMINANTS OF THE DISCLOSURE OF PROVISIONS AND CONTINGENT LIABILITIES IN COMPANIES OF THE BRAZILIAN PUBLIC UTILITIES SECTOR

Yan Mota Bacelar

Bel. em Ciências Contábeis

Universidade Federal do Ceará

e-mail: yan_bacelar14@hotmail.com

Carlos Adriano Santos Gomes Gordiano

Doutor em Educação

Professor do Progr. de Pós-Grad. em Adm. e Controladoria Prof. Univers. Federal do Ceará

e-mail: adrianogordiano@ufc.br

Cíntia de Almeida

Mestre em Ciências Contábeis

Professora da Universidade Federal do Ceará

e-mail: cintia.almeida@ufc.br

José Glauber Cavalcante dos Santos

Doutor em Administração e Controladoria

Professor da Universidade Federal do Ceará

e-mail: jglauber_cont@hotmail.com

Resumo

Este estudo objetiva identificar os determinantes da evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes em conformidade com os requisitos de divulgação determinados pelo CPC 25 nas empresas do Setor de Utilidades Públicas listadas na B3 nos exercícios de 2014 a 2019. O setor de utilidade pública foi escolhido devido à sua importância e impacto na sociedade. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, documental e de natureza quantitativa. Com relação a abordagem, foi aplicada estatística descritiva, e teste de correlação entre as variáveis, através do coeficiente de *Pearson*. Também foi operacionalizada a regressão linear múltipla e utilizada a variável dependente nível de *disclosure* e as variáveis independentes tamanho da empresa, endividamento, rentabilidade, auditadas por “*Big Four*” e governança corporativa. Os resultados encontrados apontam um crescimento do nível de *disclosure* durante o decorrer dos exercícios analisados, saindo de uma média de 68,44% em 2014 para 80% em 2019. Nos testes de correlação, a variável ‘tamanho’ apresentou significância em todos os exercícios indicando que empresas maiores podem possuir um maior nível de divulgação de provisões e passivos contingentes. Por sua vez, nos testes de regressão, apenas a variável “*Big Four*” apresentou significância. A pesquisa contribui com a identificação dos os fatores que colaboram para um maior ou menor nível de evidenciação sobre provisões e passivos contingentes em empresas brasileiras e contribuindo também para a transparência na divulgação e redução de assimetria informacional, além de ampliar o debate sobre a temática na academia e no setor produtivo.

Palavras-chave: *disclosure*; provisões; passivos contingentes.

- a) Submissão em: 30/12/2021.
- b) Envio para avaliação em: 29/01/2022.
- c) Término da avaliação em: 29/01/2022.
- d) Correções solicitadas em: 29/01/2022.
- e) Recebimento da versão ajustada em: 26/02/2022.
- f) Aprovação final em: 28/02/2022.

Abstract

This study aims to identify the determinants of disclosure of Provisions and Contingent Liabilities in accordance with the disclosure requirements determined by CPC 25 in companies in the Public Utilities Sector listed on B3 in the years 2014 to 2019. The public utility sector was chosen because of its importance and impact on society. The study is characterized as a descriptive, documentary and quantitative research. Regarding the approach, descriptive statistics and a correlation test between variables were applied, using the Pearson coefficient. It was also operationalized multiple linear regression uses the dependent variable level of disclosure and the independent variables company size, indebtedness, profitability, audited by the “Big Four” and corporate governance. The results found show an increase in the level of disclosure during the years analyzed, going from an average of 68.44% in 2014 to 80% in 2019. In the correlation tests, the variable 'size' was significant in all years, indicating that larger companies may have a higher level of disclosure of provisions and contingent liabilities. In turn, in the regression tests, only the “Big Four” variable was significant. The research contributes to the identification of the factors that contribute to a greater or lesser level of disclosure on provisions and contingent liabilities in Brazilian companies and also contributes to transparency in the disclosure and reduction of informational asymmetry, in addition to expanding the debate on the theme in the academia and the productive sector.

Keywords: disclosure; provisions; contingent liabilities.

1 Introdução

Com o avanço da convergência da norma brasileira de contabilidade às normas internacionais através da aprovação das Leis nº 11.638/07 (BRASIL, 2007) e Lei nº 11.941/09 (BRASIL, 2009) e criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) as informações contábeis se unificaram, tornando-as mais claras e precisas, tanto para os agentes internos, facilitando o tratamento que deve ser seguido a cada situação específica, quanto para os usuários externos, auxiliando na tomada de decisão.

A partir da convergência das normas contábeis, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) passou a emitir pronunciamentos técnicos que informam como devem ser elaboradas determinadas informações pela contabilidade quanto ao seu reconhecimento, mensuração e divulgação. Os critérios de reconhecimento e mensuração das provisões, passivos e ativos contingentes e suas respectivas divulgações, foi norteado pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC, 2009), divulgado dia 16 de setembro 2009, inspirado pela *International Accounting Standard 37* de 1998 (IAS 37/1998).

De acordo com o CPC 25 (2009), os passivos são obrigações presentes de uma entidade originárias de eventos passados, no qual se espera a ocorrência de sua liquidação através da saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos. Além disso, o CPC 25 (CPC, 2009) define provisões como passivos com prazos e valores incertos. Como existe o aspecto da probabilidade dos acontecimentos, é essencial que as empresas procurem conhecer e criar reservas financeiras para responder melhor aos efeitos de prováveis/possíveis ocorrências que não foram planejadas.

A divulgação das informações relacionadas a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes possibilitam uma melhor análise das demonstrações contábeis por parte dos usuários externos interessados, permitindo identificar o risco do investimento, ao verificar se a determinada empresa possui ou não muitos passivos ou ativos contingentes (MESQUITA *et al.*, 2018). Além de minimizar os efeitos da assimetria de informações que ocorre quando uma das

partes possui melhores informações sobre determinado produto/serviço do que outras partes podendo causar desequilíbrios no mercado e cancelamento de negócios.

Segundo Suave *et al.*, (2013) apenas os usuários internos sabem de fato a situação da empresa e risco que as envolvem, visto que eles acompanham suas demonstrações e resultados diariamente. Logo, a evidenciação das provisões e contingenciamentos são importantes pois tornam as informações mais transparentes facilitando a tomada de decisão dos usuários externos, pois torna a interpretação das informações contábeis mais amplas e claras.

Conforme ressaltam Antunes *et al.*, (2012), investidores considerados conservadores podem ajustar os documentos contábeis considerando os passivos contingentes como não reconhecidos. Já um investidor mais arrojado, ajustam as demonstrações contábeis considerando as contingências que estão nas notas explicativas.

Diante do contexto, a presente pesquisa busca resposta para a seguinte situação problema: Quais os determinantes da evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes conforme regras estabelecidas pelo CPC 25 nas empresas do Setor de Utilidades Públicas listadas na B3 nos exercícios de 2014 a 2019?

O estudo tem como objetivo geral identificar os determinantes da evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes em conformidade com os requisitos de divulgação determinados pelo CPC 25 nas empresas do Setor de Utilidades Públicas listadas na B3 nos exercícios de 2014 a 2019. As variáveis independentes adotadas nesta pesquisa foram constituídas a partir da revisão de literatura: tamanho (ROVER *et al.*, 2012), endividamento (CUNHA; AVELINO, 2016), rentabilidade (SANTOS; RIBEIRO, 2017), auditadas por 'Big Four' (SILVA *et al.*, 2015) e estrutura de governança (ACAR; OZKAN, 2017).

A divulgação das informações relativa a provisões e contingências se revela importante em empresas do setor de utilidade pública, pois como estas envolvem diretamente serviços relacionados com as necessidades básicas da população (fornecimento de energia elétrica, gás, abastecimento de água entre outras, e do funcionamento dos setores produtivos), o monitoramento de suas obrigações e potenciais despesas revela-se importante por estarem estas diretamente associadas à manutenção de seus serviços e qualidade dos mesmos. Vale lembrar que esse setor é regulado e por isso possui peculiaridades que são determinadas e monitoradas por suas agências reguladoras.

Nesse sentido, o estudo se justifica pelos efeitos que a evidenciação dessas informações pode produzir nas decisões dos *stakeholders* dessas companhias, pois informam, por exemplo os riscos que os usuários externos terão em certos investimentos, auxiliam nas análises relativas à saúde financeira dos empreendimentos, além de contribuir com a comunidade acadêmica, fortalecendo, especialmente, o grupo de pesquisa que acompanha a aderência das empresas aos requisitos da divulgação determinados pela norma contábil vigente.

Este estudo contribui com a identificação dos os fatores que contribuem para um maior ou menor nível de evidenciação sobre provisões e passivos contingentes em empresas brasileiras e colaborando também para a transparência na divulgação e redução de assimetria informacional, além de ampliar o debate sobre a temática na academia e no setor produtivo.

2 Provisões, Passivos Contingentes e Evidenciação Contábil

O CPC 25 (2009), define provisão como passivos que possuem valor e prazo incertos. Silva e Carraro (2014) complementam que a diferença entre os passivos e as provisões é justamente a incerteza da saída de recurso para que a obrigação seja liquidada.

Uma provisão será reconhecida quando forem atendidas três características a) a entidade ter uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de eventos passados; b) a saída de recurso necessária para liquidar a obrigação seja provável; c) que o valor da obrigação seja feito através de estimativa confiável (HOTTA; SOUZA; VENDRUSCOLO, 2017).

O CPC 25(2009) define uma obrigação como presente quando a probabilidade da existência de tal passivo seja mais provável do que não. Entretanto, em casos raros como em alguns processos judiciais, pode-se vir a discutir se o determinado evento ocorreu ou se o evento se resultou de uma obrigação presente. Nesses casos, a entidade deve comprovar se na data do balanço já existia a obrigação incluindo também a opinião de um perito.

Tais obrigações podem ser legais, quando derivam de contratos, legislações ou ações de lei (questões fiscais, trabalhistas, contábeis), ou não formalizadas que decorrem das ações da própria entidade originadas de práticas passadas, de políticas publicadas onde assumem que aceitarão determinadas responsabilidades, gerando uma expectativa válida nas outras partes de que cumprirá estas. Exemplo seria quando danos ambientais forem causados pela entidade, gerando uma responsabilidade de reparação (CPC 25, 2009).

Quando um evento passado leva a uma obrigação presente é denominado de evento que cria obrigação. Para se configurar como tal evento, se faz necessário que a entidade não tenha nenhuma alternativa a não ser liquidar a obrigação gerada pelo tal evento. Isso ocorre nos casos em que a liquidação pode ser imposta por legislação vigente ou quando a entidade cria expectativas válidas para com terceiros, nos casos de obrigação formalizada (CPC 25, 2009).

Já os demais passivos, como exemplo os derivados de apropriações por competência (*accruals*), são reconhecidos de forma diferente pois tratam-se de obrigações já existentes por bens ou serviços recebidos ou fornecidos, mas que ainda não foram pagos sendo frequentemente divulgados em contas a pagar, ainda que, em alguns casos, haja a necessidade de se estimar valores ou prazos para esses passivos, pois tais incertezas são, geralmente, muito menores que as que ocorrem nas provisões (CPC 25, 2009). Gelbeck *et al.*, (2018) complementam que os *accruals* já se caracterizam como passivos genuínos e não devem ser reconhecidos como provisões.

São exemplos de *accruals* os gastos com 13º salário e férias dos funcionários da entidade juntamente com seus encargos sociais, participações de acionistas e dividendos. Todos devem ser contabilizados no passivo.

Caso um passivo não respeite os requisitos para ser classificado como provisão, devem ser caracterizados como contingências. Kieso *et al.*, (2014) explicam que as probabilidades de entrada/saída de recursos devem ser avaliadas e classificadas em: (a) provável: eventos futuros são prováveis de acontecer (b) possível: a chance de acontecer eventos futuros é menor, mas menos provável ou (c) remota: chance de acontecimentos de um evento futuro é mínima.

Para Hotta, Souza e Vendruscolo (2017), passivos contingentes são obrigações que dependem ou não de eventos futuros incertos e que não estão sobre total controle da empresa. Tais passivos necessitam de um certo grau de estimativa para tornar possível sua previsão e quantificação, além da possível chance de ocorrência de um determinado evento acontecer ou não. Por sua vez, Hendriksen e Van Breda (2009), afirmam que eles se referem a sacrifícios futuros de benefícios, oriundos de obrigações presentes de uma entidade, em consequência de eventos ou transações passadas e cuja a liquidação dependa de um ou mais benefícios futuros.

O CPC 25 informa que o termo 'contingente' também é utilizado para ativos e passivos que dependem da ocorrência de um ou mais eventos para poderem se concretizar e que esses eventos sejam incertos e que a empresa não tenha o seu controle total. Logo, um passivo será contingente quando não obedecer aos critérios de reconhecimento (CPC 25, 2009).

Segundo Farias (2004), as contingências são formadas, principalmente, de questões cíveis, tributárias, ambientais e trabalhistas. Os maiores exemplos são processos trabalhistas, que fazem parte do contexto empresarial, mudanças constantes do sistema tributário brasileiro que levam a uma grande quantidade de ações judiciais e processos de dívidas, originadas de responsabilidade solidária.

Borba e Velho (2018); complementam afirmando que os passivos contingentes que possuem natureza ambiental são originados, em sua maioria, por danos que entidades causam ao meio ambiente na execução de suas atividades.

De acordo com a Deliberação nº 594 da Comissão de Valores Mobiliários (CMV, 2009), as entidades não devem reconhecer seus ativos contingentes e passivos contingentes como provisões. Eles serão divulgados em notas explicativas quando forem possíveis as entradas/saídas de recursos para a entidade. Entretanto, se a possibilidade for remota, não se faz necessária a divulgação. Além disso, os valores divulgados devem passar por processos frequentes de avaliação, visto que existe a possibilidade de se tornar provável a entrada/saída de recurso, tornando necessário à sua divulgação. Em meio a essa discussão, o Quadro 1 sintetiza o tratamento contábil dado a provisões e passivos contingentes.

Quadro 1 – Tratamento contábil de provisão e passivo contingente.

Probabilidade de ocorrência do desembolso		Tratamento Contábil
Obrigação presente e provável	Mensuração por meio de estimativa confiável	Uma provisão é reconhecida e é divulgada em notas explicativas
	Não mensuração por inexistência de estimativa confiável	Divulgação em notas explicativas
Obrigação Possível		Divulgação em notas explicativas
Obrigação Remota		Sem divulgação em notas explicativas

Fonte: adaptado de Gelbeck *et al.*, (2018).

Logo, a forma de divulgação do passivo será diretamente ligada ao meio como foi classificado, obedecendo-se as três características: obrigação presente, probabilidade de saída de recurso e valor estimado confiável. Lopez e Martins (2007) conceituam evidenciação ou *disclosure* como uma etapa do processo contábil, tendo como princípio a demonstração das transações e eventos ocorridos no patrimônio das entidades, de forma ordenada, identificando suas composições, variações e desenvolvimento patrimonial na organização.

Para Murcia *et al.*, (2011), o termo *disclosure* significa tornar algo público, divulgar, deixar evidente. No ambiente empresarial, se correlaciona com outro conceito, a transparência. Juntos, se concretizam na evidenciação das informações corporativas. Tais informações podem ser obrigatórias, ou seja, exigidas por órgãos fiscalizadores através de leis, normas, ou podem ser voluntárias, onde a empresa divulga informações não solicitadas afim de aumentar sua transparência e passar maior confiabilidade para seus investidores.

Para Oliveira *et al.*, (2010), o *disclosure* contábil possibilita uma redução do grau de incerteza e assimetria das informações, disponibilizando ao usuário externo uma base mais confiável para tomada de decisão. Hendriksen e Van Breda (2009) complementam que o objetivo principal da evidenciação é permitir que os investidores analisem da melhor forma a capacidade financeira das organizações.

Logo, as boas práticas de Governança Corporativa das organizações são cada vez mais exigidas. O objetivo dessas práticas é a diminuição da assimetria informacional, visando uma melhoria na transparência das empresas (LIMA, 2007).

O CPC 00 (R2) (2019) estabelece que uma informação é útil quando é relevante e representa seu conteúdo de forma fidedigna. Quanto mais comparada, verificada, compreensível e rápida (tempestiva) a informação for, maior sua utilidade. Segundo Rosa *et al.* (2016), toda informação é relevante e deve ser divulgada quando for influenciar na tomada de decisão dos gestores, investidores e demais partes interessadas.

Segundo o CPC 25 (2009) existem casos extremamente raros em que a divulgação de determinada informação pode prejudique de alguma forma a disputa dessa entidade com as demais empresas. Logo a divulgação de tais informações não é necessária, bastando apenas

evidenciar a natureza geral da disputa e o motivo por não serem divulgadas com justificativa devida.

O CPC 25 (2009) divide em três itens as informações necessárias para divulgação. Os dois primeiros itens são responsáveis pelo *disclosure* de provisões e o último pelas contingências.

De acordo com CPC 25 (2009), na divulgação de passivos contingentes deve constar no mínimo: a) natureza da contingência; b) descrição do evento contingente que envolve a organização; c) chance de ocorrência de tal contingência; d) em qual instância se encontram as contingências; e) jurisprudência sobre tais contingências; f) avaliação das consequências dos sobre os negócios da companhia.

Sobre as provisões, segundo o CPC 25 (2009), deve-se divulgar em Notas Explicativas (NE) as seguintes informações: a) o valor contábil no início e no fim do período; b) provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes; c) valores utilizados (baixados contra a provisão) no período; d) valores revertidos durante o período; e) o aumento durante o período no valor descontado a valor presente e o efeito na mudança da taxa de desconto. Além disso, para cada provisão deve-se informar: a) uma breve descrição e o cronograma esperado de qualquer saída de benefícios econômicos; b) indicação de incertezas sobre o valor ou cronograma de saídas; c) valor de qualquer reembolso esperado (CPC 25, 2009).

Borba e Velho (2018), identificaram em seu estudo que as companhias não divulgaram o cronograma esperado de saídas e o montante do reembolso esperado das provisões confirmando o resultado obtido pelo estudo de Suave *et al.*, (2013) e Hotta, de Souza e Vendruscolo (2017).

Para o presente estudo, serão verificados os itens 84, 85, 87 e 89 do CPC 25 (2009) que abordam além do que já foi explanado anteriormente, a verificação das informações a respeito da natureza da provisão e passivos contingentes, afim de classifica-los no mesmo grupo quando tiverem naturezas semelhantes (item 87 do CPC 25, 2009) e divulgação, quando provável a entrada de benefícios econômicos para a empresa, de um breve comentário a respeito da natureza desse ativo na data do balanço, uma estimativa dos efeitos financeiros, quando possível (CPC 25, 2009).

3 Estudos Prévios e Desenvolvimento das Hipóteses

Ao se pesquisar na literatura sobre o tema evidenciação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, encontram-se estudos sobre essa temática em vários setores empresariais.

Suave *et al.*, (2013), em estudo a respeito da divulgação de passivos contingentes nas 94 empresas mais líquidas da BM&BOVESPA em 2011, identificaram que as empresas que negociam ações em bolsas fora do país apresentam mais informações. Além disso, observaram que existia uma correlação inversa entre a liquidez e a divulgação das informações, ou seja, empresas com uma menor liquidez apresentava uma maior evidenciação. Por fim, concluíram que a apresentação de uma informação mais gerencial para auxiliar os usuários externos ainda não foi atendida.

Rosa *et al.*, (2016), em sua pesquisa a respeito da evidenciação dos passivos contingentes tributários em 48 empresas do segmento de energia elétrica listadas na BM&BOVESPA entre 2013 e 2014, identificaram a existência de divergências entre as informações contidas em notas explicativas e formulários de referência, pois somente eram auditadas as notas explicativas. Além disso, informações como: atualização dos valores monetários, detalhes dos processos e mudanças na chance de ocorrência dos eventos futuros, não estavam sendo informadas pelas entidades. Se tratando de CPC 25, observaram que a falha

mais frequente é a falta da informação sobre atualização dos valores. O resultado do estudo apontou que a evidenciação dos passivos contingentes tributários não foi totalmente atendida.

Hotta, de Souza e Vendruscolo (2017), em seu estudo sobre análise das provisões e dos passivos contingentes nas principais empresas de telefonia do Brasil nos períodos de 2009 a 2014, identificaram que houve um crescimento de provisões no período analisado, saindo 62% em 2010, para 332% em 2014. Entretanto, concluíram que mesmo com a melhora das informações divulgadas pelas empresas, os quesitos de evidenciação não foram cumpridos em sua totalidade.

Borba e Velho (2018), ao analisar a evidenciação das provisões e passivos contingentes das principais empresas do seguimento de carne e derivados listadas na B3, observaram que o grau de evidenciação das informações foi atendido em parte e que algumas informações a respeito dos valores do montante de reembolso esperados pelas provisões feitas e as divulgações dos cronogramas de saídas não foram informadas. Hotta, de Souza e Vendruscolo (2017), obtiveram resultados semelhantes em sua pesquisa.

Mesquita, Carmo e Ribeiro (2018) verificaram o efeito da reconfiguração dos Passivos Contingentes no desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras do setor de energia elétrica nos anos de 2013 a 2015. Os resultados revelaram resultados estatisticamente significativos para as variáveis tamanho, ROA e endividamento. Souza et al (2019) analisou o grau de cumprimento das normas de *disclosure* em companhias abertas brasileiras e identificaram que as empresas estão longe do alinhamento às normas de *disclosure* do CPC 25, sugerem que firmas maiores, empresas auditadas pelas Big Four e companhias listadas nos seguimentos de governança corporativa na B3 apresentam um maior nível de divulgação.

Gomes (2020), ao analisar os determinantes de nível de *disclosure* de provisões e passivos contingentes em empresas do setor “Água e Saneamento”, “Energia Elétrica” e “Gás”, identificou que o tamanho, a rentabilidade e governança corporativa, foram os fatores que mais influenciaram no nível de divulgação. Resultados parecidos foram encontrados por Fonteles *et al.*, (2013) e Farias *et al.*, (2016).

Esta pesquisa estabeleceu cinco hipóteses visando identificar os determinantes do nível de *disclosure*.

De acordo com Rover *et al.*, (2012), empresas grandes tendem a possuir um nível de *disclosure* de informações ambientais por conta do acesso a elas ser mais fácil pela sociedade. Silva, Kutianski e Scherer, confirmaram que empresas grandes tendem a possuir um nível de *disclosure* maior e de melhor qualidade devido aos benefícios vindos de tais ações tendem ser maiores do que os custos que elas geram.

H1: empresas maiores possuem um nível maior de *disclosure* de provisões e passivos contingentes.

Segundo Cunha e Avelino (2016), o nível de evidenciação é maior em empresas com maior endividamento, pois ao se divulgar mais informações, diminui-se as suspeitas levantadas por transferências para os acionistas. Já os estudos de Leal *et al.*, (2018) e Souza *et al.*, (2019), constataram que o endividamento não é um fator significante em relação ao *disclosure*. Do exposto, foi formulada a segunda hipótese:

H2: empresas com maiores endividamento possuem um nível de *disclosure* maior de provisões e passivos contingentes.

Santos e Ribeiro (2017) encontraram evidências positivas entre rentabilidade e *disclosure* ambiental. Souza *et al.*, (2019) encontraram um coeficiente negativo, explanando que as empresas que possuem menor rentabilidade, tendem a ter maior nível de divulgação. A partir do disposto acima, formulou-se a terceira hipótese:

H3: empresas com maior rentabilidade possuem um nível de *disclosure* maior de provisões e passivos contingentes.

O termo ‘Big Four’ é dado as maiores empresas de auditoria, que são responsáveis pela análise das demonstrações contábeis das maiores empresas do Brasil. Em consequência disso, empresas tais empresas possuem um nível maior de *disclosure*. Silva *et al.*, (2015) em seu estudo, encontrou uma relação positiva entre *disclosure* ambiental e empresas auditadas por ‘Big Four’. Mediante ao exposto, constitui-se a quarta hipótese:

H4: empresas que são auditadas por ‘Big Four’ possuem maior nível de *disclosure* de provisões e passivos contingentes.

Segundo Acar e Ozkan (2017), empresas que possuem uma boa estrutura de governança corporativa tendem a divulgar mais informações pois ao atenuar as questões relacionadas a assimetria da informação impactam diretamente no nível e na qualidade das mesmas. Partindo desse exposto, foi formulado a quinta hipótese:

H5: empresas com um nível maior de governança corporativa possuem um nível de *disclosure* maior de provisões e passivos contingentes.

Com as hipóteses definidas, são possíveis as possibilidades de avaliação das influências de fatores sobre a divulgação de informações: tamanho, situação financeira, escolha de empresa de auditoria e governança corporativa.

4 Percorso Metodológico

O presente estudo caracteriza-se, quanto à tipologia, como uma pesquisa descritiva com a natureza quantitativa pois para responder aos objetivos da pesquisa através da análise dos Demonstrativos Financeiros e Notas Explicativas das empresas utilizando de estatísticas. Quanto à abordagem o estudo caracteriza-se como quantitativo com aplicação de técnicas de estatística descritiva, teste de correlação (coeficiente de *Pearson*) e de regressão.

O delineamento adotado no estudo foi documental utilizando-se as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas das empresas brasileiras do setor de utilidade pública listadas na B3 (formado pelos subsetores Água e Saneamento, Energia Elétrica e Gás), no período de 2014 à 2019.

Assim, a amostra utilizada foi constituída por empresas do setor de Utilidades Públicas listadas na B3 e seu refinamento se deu a partir dos seguintes critérios: a) acesso aos dados; e b) existência de saldos de provisões nos Balanços Patrimoniais c) existência de informações a respeito dos passivos contingentes nas Notas Explicativas. A justificativa de escolha da amostra de empresas se deve ao impacto econômico e social que os seus resultados tem/podem ter na vida da sociedade como um todo e o recorte no exercício de 2019 por conta da disponibilidade dos dados à época da coleta.

Quadro 2 - Empresas participantes do estudo.

Empresas					
CASAN	CELG	CELPE	Energias BR	Engie Brasil	RENOVA
SABESP	CEMIG DIST	COELCE	ESCELSA	EQUATORIAL	AES SUL
COPASA	CEMIG GT	COSERN	EBE	CEMAR	GER Paranap
SANEPAR	ELETRORBRAS	CEEE-D	ELEKTRO	FGENERGIA	Sto Antônio
IGUA SA	CELESC	CEEE-GT	ELETROPAR	ITAPEBI	STATKRAFT
SANESALTO	CELPA	COPEL	Eletropaulo	LIGHT S/A	TERM. PE III
AES TIETE E	CESP	PAUL F LUZ	EMAE	LIGHT	TERMOPE
AFLUENTE T	CELGPAR	CPFL Piratin	ENERSUL	NEOENERGIA	TAESA
ALUPAR	COELBA	CPFL Renovav	Energisa MT	OMEGA GER	UPTICK
AMPLA Energ	CEB	CPFL Geração	ENERGISA	PROMAN	CEG
CACHOEIRA	CEMIG	TRAN Paulist	ENEVA	Rede Energia	COMGAS

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Diante do exposto, participaram deste estudo 66 empresas do setor de utilidade pública, sendo 55 do subsetor de Energia Elétrica, 09 do subsetor de Água e Saneamento e 02 de Gás. A listagem completa das empresas participantes pode ser observada no Quadro 2.

A coleta de dados utilizou-se da técnica de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2016) divide-se o processo de análise de conteúdo em três partes: organização da análise, que consiste em separar os documentos que serão utilizados na pesquisa; codificação, o que de fato será analisado nos documentos separados; e categorização, agrupar os resultados adquiridos através das análises dos documentos.

A coleta de dados foi realizada nos sítios eletrônicos das empresas e/ou da B3, onde estão disponibilizadas publicamente as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas, de onde foram coletadas as informações a respeito da divulgação sobre as provisões e os passivos contingentes.

O Quadro 3 que apresenta o *Checklist* de indicadores, que foi desenvolvido de acordo com o CPC 25 (2009) e os seus critérios de divulgação de provisões e passivos contingentes. Foram tirados os indicadores que tratavam de ativo contingente, por não estarem sendo abordados no presente estudo.

Quadro 3 - Checklist de indicadores.

Dimensão	Sub Dimensão	Indicador
Divulgação	Provisões	a) Uma breve descrição da natureza da obrigação foi divulgada?
		b) É divulgado cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes
		c) Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas é divulgado?
		d) O valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado é divulgado
		e) O valor contábil no início e no fim do período é divulgado?
		f) São divulgadas as provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes?
		g) Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período são divulgados?
		h) São divulgados os valores não utilizados revertidos durante o período?
		i) O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto é divulgado?
		Provisões e Passivos contingentes

Fonte: adaptado de CPC 25 (2009).

Para quantificar os indicadores apresentados no Quadro 3, atribuiu-se escores a cada item analisado de cada empresa sendo um (1) para empresas que divulgam a informação contida no indicador e zero (0) para as que não foram divulgadas.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, procedeu-se com a formulação do modelo utilizado por Farias *et al.*, (2016) e Fonteles *et al.* (2013) conforme Equação 1:

$$NDPP_i = \beta_0 + \beta_1 TAM_i + \beta_2 END_i + \beta_3 REN_i + \beta_4 B4_i + \beta_5 GC_i + u_i \quad (1)$$

Onde:

NDPP representa o Nível de *Disclosure* de Provisões e Passivos Contingentes;

TAM representa o tamanho da empresa;

END representa o endividamento da empresa;

REN representa a rentabilidade da empresa;

B4 representa a variável *dummy* em relação a empresa ser auditada por uma das *Big Four*;

GC representa a variável *dummy* em relação a empresa possuir governança corporativa nos níveis Novo Mercado, Nível I ou Nível II; e

U representa o termo de erro.

O modelo econométrico contempla a variável dependente Nível de *Disclosure* de Provisões e Passivos Contingentes (NDPP) e as variáveis independentes Tamanho (TAM), Endividamento (END), Rentabilidade (RENT), Big Four (B4) e Governança Corporativa (GC). O quadro 4 especifica as variáveis do modelo estatístico.

Quadro 4 - Variáveis do modelo de análise de regressão múltipla.

Variável	Legenda	Proxy	Tipo de variável	Fonte
Nível de <i>Disclosure</i> de Provisões e Passivos Contingentes	NDPP	Itens evidenciados / (itens totais – Itens não aplicáveis)	Dependente	
Tamanho	TAM	Logaritmo do Ativo Total	Independente	Silva, Kutianski e Scherer (2017)
Endividamento	END	Passivo Exigível / Ativo Total	Independente	Cunha e Avelino (2016)
Rentabilidade	RENT	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	Independente	Santos e Ribeiro (2017)
<i>Big Four</i>	B4	Auditadas por Big Four = 1; não auditadas por Big Four = 0	Independente	Silva et al. (2015)
Governança Corporativa	GC	Possui Governança Corporativa dos níveis Novo Mercado, Nível I e II = 1; não possui = 0	Independente	Acar e Ozkan (2017)

Fonte: dados da pesquisa (2021).

O modelo está de acordo com as hipóteses levantadas no referencial teórico. Através dos resultados foi possível confirmar ou não a veracidade de cada hipótese. Para análise dos dados, foi utilizado as seguintes técnicas: 1) estatística descritiva dos dados, para encontrar o nível médio de *disclosure*; 2) correlação de *Pearson*, para verificar a existência de relação entre variáveis, assim podendo analisar se o aumento ou redução nas variáveis independentes estão relacionados a variável dependente; e 3) análise de regressão múltipla, identificando os fatores determinantes do Nível de Divulgação de Provisões e Passivos Contingentes.

5 Análise dos Dados

A Tabela 1 traz os resultados encontrados a partir das técnicas de estatística descritiva.

Tabela 1 - Estatística descritiva das variáveis.

Varia.	Est.	2014	2015	2016	2017	2018	2019
NDPP	Mínimo	0,1000	0,1000	0,1000	0,1000	0,1000	0,1000
	Máximo	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
	Média	0,6844	0,7141	0,7250	0,7703	0,7937	0,8000
	Mediana	0,9000	0,9000	0,9000	0,9000	0,9000	0,9000
TAM	Mínimo	20260,00	19880,0	19346,0	18470,0	17463,0	17189,0
	Máximo	144631697	149645408	170499427	172975359	181210208	177466715
	Média	9696751	11046462	11859760	12517716	15172842	16656464
	Mediana	4466304	5987774	6288634	6746956	8488435	8974989
END	Mínimo	0,0000	0,0397	0,0517	0,0000	0,0507	0,0403
	Máximo	5,1018	6,2059	1,8949	2,4908	2,2837	2,1601
	Média	0,6980	0,7409	0,6806	0,6818	0,6965	0,7160
	Mediana	0,6299	0,6803	0,6878	0,6977	0,6975	0,6682

RENT	Mínimo	-1,2786	-1,3256	-0,7598	-7,8821	-1,1844	-0,2933
	Máximo	5,0595	43,5294	1,6926	0,4108	11,1950	17,3725
	Média	0,1879	0,7713	0,1197	-0,0458	0,2894	0,5215
	Mediana	0,1193	0,1054	0,0902	0,0982	0,1376	0,1721

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Para melhor visualização, a variável TAM, composta pelo ativo total, foi descrita como proxy, objetivando eliminar distorções no teste de regressão.

A variável que indica o nível de *disclosure* (NDPP) demonstra que na amostra, algumas empresas alcançaram o valor máximo de divulgação, o que é positivo. Além disso, pode-se observar que ao decorrer dos anos, a média foi crescendo, saindo de 68,44% em 2014 para 80% em 2019.

Ao comparar com dados dos estudos anteriores, pode-se identificar que o nível de divulgação evoluiu. Souza *et al.*, (2019), por exemplo, em seu estudo apresentaram o *disclosure* médio de 61% nas empresas não financeiras listadas na B3 no ano de 2016.

A tabela 2 informa as empresas com maiores aderências, ou seja, que possuíram maiores níveis de *disclosure*, empresas com menores aderências, destaques positivos, onde foram observadas as empresas com os maiores crescimentos do nível de divulgação no período e os destaques negativos, com empresas com involução no seu nível de *disclosure*.

Tabela 2 – Ranking de empresas.

Ano	Maiores aderências	Menores aderências	Destaque Pos.	Destaque Neg.
2014 – 2019	• Centrais Elétricas Brasil S.A - (100%)	• Uptick Particip. S.A - (0%)	• COELCE – (90%)	•Cachoeira Paulista Transm. Energia – (-20%)
	• CEMIG – (90%)	• Produtores Energét. de Manso – (2%)	• Term. Pernamb. III - (90%)	•SANEPAR - (-10%)
	• CESP – (90%)	• Eletrobras – (15%)	• Eneva S.A - (80%)	•COELBA – (-10%)
	• CPFL Energias Renováveis – (90%)	• Ômega Geração S.A - (25%)	• Renova Energia S.A - (80%)	•Eletrobras Part SA - ELETROPAR (-10%)

Fonte: dados da pesquisa (2021).

A empresa Centrais Elétricas Brasil S.A, divulgou no decorrer do ano todas as informações sugeridas pelo CPC, obtendo 100% da pontuação, seguido de Cemig, Cesp e CPFL que alcançaram 90%. Já a Uptick Participações S.A, foi a empresa que menos divulgou, não informando nenhum item de divulgação, seguido da Produtores Energéticos, com 2%, Eletrobras, com 15% e Ômega Geração com 25%.

Vale destacar o crescimento das empresas Companhia de Energia do Ceará e Termelétrica Pernambuco III S.A que evoluíram seus níveis de divulgação em 90% no decorrer dos exercícios, seguidos de Eneva S.A. e Renova Energia S.A, que cresceram 80%. Já a Cachoeira Paulista Transmissora Energia S.A foi o destaque de involução, piorando seu nível de *disclosure* em 20% seguido de SANEPAR, COELBA E ELETROPAR, com uma involução de 10%. Observou-se que também o ano em que as empresas mais divulgaram informações sobre provisões e passivos contingentes foi 2019. Já o ano com menor divulgação foi 2014.

Ao seu tempo, ao comparar os níveis de aderência das empresas do Setor de Utilidade Pública listadas na Bolsa, Brasil, Balcão (B3) por meio da constituição de um *ranking* e esses resultados, contribuem para o alcance do primeiro objetivo específico.

A Tabela 3 demonstra os itens de *Disclosure* de Provisões e Passivos Contingentes que tiveram os maiores e menores níveis de divulgação pelas empresas.

Tabela 3 – Aderência Média dos Itens de Divulgação do CPC 25.

Maiores aderências	<i>Disclosure</i>	Menores aderências	<i>Disclosure</i>
Divulgação dos valores contábeis no início e no fim do exercício	88,6%	Divulgação do cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes	1,52%
Breve descrição da natureza da obrigação foi divulgada	88,1%	Divulgação de indicação das incertezas sobre o valor ou cronograma dessas saídas	2,41%
Divulgação dos passivos e provisões que pertencem ao mesmo grupo	82,1%	Valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso	72,98%

Fonte: dados da pesquisa (2021).

De acordo com a Tabela 3, destaca-se que os itens mais evidenciados estão ligados aos controles internos das empresas, facilitando a obtenção de tal informação. Já os dois itens com os menores níveis de *disclosure* são falhas que foram observadas em praticamente todas as empresas do setor.

Durante os exercícios pesquisados, grande parte dos itens divulgados apresentaram crescimento. Destaca-se principalmente o item que trata da divulgação de passivos e provisões que pertencem ao mesmo grupo, que saiu de 69,70% de divulgação em 2014 para 82,07% em 2019, tendo um crescimento de 18,18%.

Outro destaque é para o item que retrata o valor contábil no início e no fim do período é divulgado, que teve um crescimento 16,67% durante o período de 2014 a 2019. As informações foram verificadas nas Notas Explicativas, todavia não foram encontradas justificativas para a não divulgação da informação dos cronogramas esperados das saídas de benefícios. Esse resultado corrobora com o encontrado nos estudos dos autores Hotta, Souza e Vendrusculo (2016) e Borba e Velho (2018).

Ao identificar os requisitos que possuem maior e menor aderência, atende-se ao segundo objetivo específico desta investigação.

Na Tabela 04, a seguir apresenta-se os resultados dos testes de correlação entre o nível de evidenciação com as variáveis independentes “tamanho”, “endividamento”, “rentabilidade”, “Big Four”, e “governança corporativa” utilizados como variáveis de controle.

Tabela 4 - Correlação entre as variáveis independentes e a variável NDPP.

Variável	Info	2014	2015	2016	2017	2018	2019
TAM	Coef.	0,2787	0,2748	0,2601	0,2524	0,2527	0,2444
	t	2,2851	2,2505	2,1386	2,0871	2,0737	2,0008
	Valor p	0,025**	0,0279**	0,0363**	0,0408**	0,0422**	0,0497**
END	Coef.	-0,0679	-0,0401	-0,0427	0,0798	0,1321	0,0812
	t	-0,5359	0,3161	-0,3392	0,636	1,0582	0,6467
	Valor p	0,5939	0,753	0,7355	0,5270	0,2940	0,5202
RENT	Coef.	0,2294	-0,2715	-0,1007	0,0500	0,0838	-0,063
	t	1,8563	-2,2216	-0,8040	0,3978	0,6681	-0,5014
	Valor p	0,0681	0,0299	0,4244	0,6921	0,5065	0,6178
B4	Coef.	0,1643	0,1096	0,3209	0,4559	0,3555	0,3574
	t	1,312	0,8686	2,6896	4,0987	3,0197	3,0381
	Valor p	0,1944	0,3884	0,0091***	0,0001***	0,0030***	0,0030** *
GC	Coef.	0,1553	0,2069	0,1963	0,2450	0,2057	0,2324
	t	1,2383	1,6659	1,5893	2,0221	1,6684	1,8968
	Valor p	0,2203	0,1008	0,1170	0,0473**	0,1002	0,0624*

Nota. (***) significante ao nível de 1%; (**) significante ao nível de 5%; (*) significante ao nível de 10%.

Fonte: dados da pesquisa (2021).

A partir dos resultados apresentados na tabela 4, pode-se identificar a existência de correlação positiva em todos os anos estudados, entre as variáveis TAM e NDPP, com significância a 5%. Logo, infere-se que quanto maior o tamanho da empresa, maior seu nível de *disclosure*.

Em nenhum exercício houve correlação entre as variáveis END e NDPP. Logo, a H2 não pode ser confirmada. Esse resultado corrobora com o encontrado por Leal *et.al.*, (2018), entretanto, diverge dos achados de Santos e Ribeiro (2017). Foi encontrado também correlação entre as variáveis RENT e NDPP no ano de 2015, com significância a 5%. Ou seja, quanto maior a rentabilidade, maior o nível de divulgação. Para os demais exercícios, não foram encontradas correlações.

De 2016 a 2019 houve correlação entre as variáveis B4 e NDPP, com um nível de significância de 1%. Logo, empresas que tiveram suas Demonstrações Contábeis auditadas por empresa ‘*Big Four*’ possuem um maior nível de divulgação. Por fim, a variável GC correlacionou-se com a NDPP apenas no exercício de 2017, com significância de 5%. Isso significa que, empresas que integram um dos níveis diferenciados de governança corporativa da B3 (Novo Mercado, Nível I ou Nível II) divulgaram mais informações sobre provisões e passivos contingentes.

As tabelas 5 e 6 apresentam os resultados da regressão múltipla.

Tabela 5 – Resultado da regressão múltipla.

R ²	R ² ajustado	Erro padrão
0,2040	0,1365	0,2369

Fonte: dados da pesquisa (2021).

De acordo com tabela 5, identifica-se que o coeficiente de determinação (R²) demonstra que 20,4% da variância do nível de evidenciação das informações sobre provisões e passivos contingentes são explicadas pelas variáveis tamanho, endividamento, rentabilidade, “*Big Four*” e governança corporativa.

Tabela 6 – Resultado da regressão múltipla.

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	T	Valor-P
(Constante)	0,5029	0,0923	5.451	0,0001
Tamanho	0,0001	0,0001	1.186	0,2405
Endividamento	0,0539	0,0770	0.700	0,4865
Rentabilidade	-0,0321	0,0321	-1.159	0,2512
<i>Big Four</i>	0,0790	0,0790	2.735	0,0082***
Governança Corporativa	0,0647	0,0647	1.249	0,2167

Nota. (***) significativa ao nível de 1%; (**) significativa ao nível de 5%; (*) significativa ao nível de 10%.

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Conforme tabela 6, a constante e a variável “*Big Four*” possuem valor-p significantes a 1%, sendo um fator determinante para o nível de evidenciação. Logo, a hipótese H4, empresas que foram auditadas por empresa “*Big Four*” possuem um maior nível de *disclosure* de Provisões e Passivos Contingentes, foi confirmada. Resultado semelhante àquele encontrado por Souza et al (2019) junto a companhias abertas brasileiras.

Para as variáveis Tamanho, Rentabilidade e Governança Corporativa, que nos testes de correlação, obtiveram resultados de significância, não foram encontradas significância para o teste de regressão. Logo essas variáveis não influenciam no nível de divulgação de informações sobre Provisões e Passivos Contingentes. Sendo assim, as hipóteses H1, H3 e H5 não foram confirmadas. Resultados divergentes ao estudo de Souza et al (2019) que encontram relação entre *disclosure* com Tamanho e Governança.

Quanto a variável Endividamento, em que não houve correlação, também não foi encontrado significância para o teste de regressão. Logo não influencia no nível de *disclosure* de provisões e passivos contingentes e descarta-se a H2.

O presente estudo corrobora com o resultado encontrado por Acar e Ozkan (2017), que constataram que empresas auditadas por “*Big Four*” possuem níveis maiores de evidenciação. Entretanto, difere das pesquisas de Leal *et al.*, (2018) e Souza *et al* (2019), que confirmaram a relação entre o nível de *disclosure* com as variáveis Tamanho e Governança Corporativa.

Quadro 5 – Resumo dos resultados.

Hipótese	Variável Dependente	Variável Independente	Resultado
H1	Nível de <i>Disclosure</i>	Tamanho	Rejeitada
H2	Nível de <i>Disclosure</i>	Endividamento	Rejeitada
H3	Nível de <i>Disclosure</i>	Rentabilidade	Rejeitada
H4	Nível de <i>Disclosure</i>	“ <i>Big Four</i> ”	Aceita
H5	Nível de <i>Disclosure</i>	Governança corporativa	Rejeitada

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Portanto, como resultado do estudo, apenas a hipótese 4 foi aceita. Ao analisar a representatividade das provisões e dos passivos contingentes evidenciados em relação às variáveis tamanho, rentabilidade, endividamento, “*Big Four*” e governança corporativa das empresas do período de 2014 a 2019 atende-se ao terceiro objetivo específico do estudo.

6 Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar o nível de aderência das empresas do Setor de Utilidades Públicas listadas na B3 aos requisitos de evidenciação do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes nos exercícios de 2014 a 2019. As variáveis utilizadas para determinar essa verificação foram tamanho, endividamento, rentabilidade, “*Big Four*” e governança corporativa que são amplamente adotados em estudos dessa natureza (LEAL *et al.*, 2018; CUNHA; AVELINO, 2016; SOUZA *et al.*, 2019; SANTOS; RIBEIRO, 2017; ACAR; OZKAN, 2017).

O resultado da análise descritiva indica que houve um crescimento no nível médio de divulgação dos itens solicitados pelo CPC 25, saindo de 68,44% (2014) para 80% (2019), o que mostra que as empresas têm se preocupado em melhorar as informações divulgadas. Ao comparar o com a pesquisa de Souza *et al.*, (2019), que obteve um resultado médio de divulgação de 61,2%, observa-se um avanço no processo de evidenciação contábil.

Verificou-se que a informação menos divulgada está relacionada ao cronograma financeiro de saídas de benefícios econômicos, todavia não foram identificadas nas Notas Explicativas das empresas nenhuma justificativa da não divulgação deste item.

Em todos os anos constatou-se a variável Tamanho influenciou significativamente a variável NDPP. Entretanto, nos testes de regressão não foram encontrados valores significativos, portanto a H1 não foi confirmada. Para as variáveis Rentabilidade e Governança Corporativa, houveram correlações em anos específicos, sendo eles, 2015 e 2017, respectivamente. Contudo, não foi encontrada no teste de regressão relação significativa, descartando-se as hipóteses H3 e H5. Não houve correlação entre a variável Endividamento e NDPP, em nenhum dos exercícios, portanto rejeita-se H2. Por fim, a variável “*Big Four*” se correlacionou com a variável NDPP nos anos de 2016 à 2019.

Como resultado da regressão múltipla, verificou-se que apenas a variável “*Big Four*” é determinante para o nível de divulgação. Logo, confirma-se a H4. Constatou-se também que 20,4% da variância do Nível de *Disclosure* das Provisões e Passivos Contingentes é explicada pelas variáveis abordadas no estudo.

Ressalta-se que os resultados desta pesquisa não podem ser generalizados para demais setores/empresas, pois a amostra utilizada é composta apenas por empresas do setor de utilidade pública listadas na B3 nos anos de 2014 à 2019.

O presente estudo contribuiu ao verificar a adesão das empresas as obrigações de divulgação exigidas pelo CPC 25 - Provisão e Passivos Contingentes. Vale ressaltar que o estudo também contribuiu para comunidade acadêmica ao realizar testes com variáveis como provas prováveis de determinação de nível de divulgação, dando continuidade à estudos anteriores semelhantes, aplicando seus conceitos em um novo segmento e período.

Como oportunidade para próximos estudos, recomenda-se verificar essas variáveis em outros setores e períodos, bem como identificar o motivo pelo qual as empresas têm dificuldade de divulgar o item relacionado ao cronograma financeiro de saída de recursos.,

Com isso, conclui-se que as empresas evoluíram os seus níveis de divulgação, ou seja, estão mais preocupadas com suas transparências de informações. Entretanto, ainda possuem dificuldades para divulgar os itens relacionados ao cronograma financeiro.

Referências

ACAR, E.; OZKAN, S. Corporate governance and provisions under IAS 37. **EuroMed Journal of Business**, Forthcoming, v. 12, n. 1, p. 52-72, 2017.

ANTUNES, M. T. P.; GRECCO, M. C. P.; FORMIGONI, H.; MENDONÇA NETO, O. R. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia e Relações Internacionais**. São Paulo, v. 10, n. 20, p. 5-19, jan. 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, Brasil: Edições 70, 2016.

BORBA, C. C. C. B; VELHO, C. O. Análise da evidenciação das provisões e dos passivos contingentes das principais empresas do segmento de carne e derivados listadas na B3. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE DA UFRGS, 3., 2018, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

BRASIL. **Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. **Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11941.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Deliberação CVM N° 594**, de 15 de setembro de 2009. Rio de Janeiro, 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2)** - Estrutura Conceitual para Elaboração de Relatório Contábil-Financeiro. Brasília, DF: Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, 10 dez. de 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 25:** Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Brasília, DF: Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, 16 set. 2009.

CUNHA, I. M. de A.; AVELINO, B. C. Fatores que influenciam o nível de *disclosure* voluntário de empresas listada na BM&Bovespa. In: CONGRESSO USP INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 13., 2016, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2016.

FARIAS, R. B.; HUPPES, C. M.; LOPES, A. C. V.; NORILLER, R. M. Fatores Explicativos do Índice de *Disclosure* das Provisões e Passivos Contingentes das Empresas Pertencentes ao Índice Bovespa. In: CONGRESSO USP INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 13., 2016, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2016.

FONTELES, I. V.; NASCIMENTO, C. P. S. do; PONTE, V. M. R.; REBOUÇAS, S. M. D. P. Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&BOVESPA. **Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, v. 6, n. 4, p. 85-98, 2013.

GELBECK. et al. **Manual de contabilidade societária aplicável a todas as sociedades**: de acordo com as normas internacionais e do CPC. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GOMES, L. Fatores determinantes da evidenciação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes em companhias do setor de utilidade pública. In: ENCONTRO ANPAD, 44., Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2020.

HENDRIKSEN, Edson S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. 5. ed., São Paulo: Atlas, 2009.

HOTTA, M. M.V.; SOUZA, R. B. L; VENDRUSCOLO, M. I. **Análise das provisões e dos passivos contingentes nas principais empresas de telefonia do Brasil de 2009 à 2014**. 21 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Contábeis), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

KIESO, D. P., WEYGANDT, J. E., WALFIELD, T. **Intermediate Accounting**. 2 ed. Nova Jersey, EUA: Wiley, 2014.

LEAL, P. H.; OLIVEIRA, M. C.; COSTA, B. M. N.; REBOUÇAS, S. M. D. P. Divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais sob a ótica da teoria institucional. **Revista Ver Paraná**. Maringá, v. 37, n. 3, p. 37-54, set/dez 2018.

LIMA, G. **Utilização da teoria da divulgação para avaliação da relação do nível de disclosure com o custo da dívida das empresas brasileira**. 107 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

MESQUISTA, K. M. P.; CARMO, C. H. S. DO.; RIBEIRO, A. M. Impacto da reconfiguração dos passivos contingentes no desempenho financeiro: uma análise nas empresas brasileiras do setor de energia elétrica. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá. v.37, n.1, p.91–109, 2018.

MURCIA, F. D.; SOUZA, F. C.; DILL, R. P.; COSTA JUNIOR, N. C. A. Impacto do nível de *disclosure* corporativo na volatilidade das ações de companhias abertas no Brasil. **Revista de Economia e Administração**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 196-218, 2011.

ROSA, C.A. **Panorama e reconfiguração das contingências passivas no Brasil**. 112 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

ROSA, P; MAGALHÃES, R; FERREIRA, L; PETRI, S. Evidenciação dos passivos contingentes tributários: Comparação das informações divulgadas em notas explicativas e formulário de referência. In: INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 16., São Paulo, **Anais [...]**. São Paulo: FIPECAFI, 2016.

ROVER, S.; TOMAZZIA, E. C.; MURCIA, F. D.; BORBA, J. A. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. **Revista de Administração**, São Paulo. v.47, n.2, p.217-230, abr./maio/jun. 2012.

SANTOS, K. R. A.; RIBEIRO, F. Relação entre o nível de *disclosure* ambiental e os indicadores econômico-financeiros de empresas listadas no ISE da BM&FBovespa. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2017. Ponta Grossa. **Anais [...]**. Ponta Grossa: ADM, 2017.

SILVA, T. S.; CARRARO, W. B. W. H. Análise do cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes em empresas de mineração, siderurgia e metalurgia. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 14, n. 27, p. 89-103, mai/ago, 2014.

SILVA, M. C.; KUTIANSKI, S.; SCHERER, L. M. Fatores explicativos do nível de evidenciação de informações sobre o ativo imobilizado: um estudo nas empresas do setor de bens industriais listadas na BM&FBovespa. **Revista de Finanças Aplicadas**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 34-56, dez. 2017.

SOUZA, M. M.; MARTINEZ, A. L.; MURCIA, F. D.; BASTOS, S. A. P. Os determinantes do cumprimento das normas de *disclosure* das provisões e das contingências ativas e passivas na B3. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 14, c. 2, maio/ago, 2019.

SUAVE, R.; CODESSO, M. M.; PINTO, H. M.; VICENTE, E. F. R.; LUNKES, R. J. Divulgação de passivos contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa. **Revista da UNIFEDE**, Brusque, v. 1, n.11, 2013.